

PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ROBERTO SILVINO¹

Larissa Pantoja da Gama (1); Maria Celiane S. Lopes (2); Carlos Renilton Freitas Cruz (3)

Bolsista do Programa de Iniciação à docência, Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará- lara26gama@hotmail.com (1); Bolsista do Programa de Iniciação à docência, Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará- celianelopesufpa@hotmail.com (2); Coordenador do sub-projeto Educação do Campo do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, Docente adjunto da Faculdade de Pedagogia da Universidade Federal do Pará- reniltonufpa@gmail.br (3).

Resumo

Este estudo busca analisar o Programa Dinheiro Direto na Escola em relação à execução deste recurso financeiro na melhoria da qualidade educacional, atendendo assim as necessidades cotidianas da escola. São abordados no presente estudo, os critérios utilizados para a aplicação da verba, as melhorias para as escolas com o recebimento deste recurso, a participação democrática ou não, e o que poderia ser melhorado para execução deste recurso. Este, partiu das discussões no espaço acadêmico, acerca das políticas públicas existentes em nosso país, em particular, às educacionais instituídas atualmente no Brasil. Portanto, a pesquisa baseou-se em um estudo de caso, com aplicação de entrevista para apropriação do processo investigado. O recurso recebido apresenta atender as necessidades da escola, principalmente no aspecto de materiais didáticos e permanentes, porém há inexistência de uma gestão que de fato atue numa gestão democrática, ocasionando assim um segmento mais contemplado, neste caso o corpo docente.

Palavras-chave: PDDE. Política Educacional. Recurso Financeiro.

Introdução

O estudo em questão, busca compreender como as políticas educacionais estão sendo executadas nas unidades escolares com o objetivo de garantir melhores condições de acesso, permanência e educação com qualidade para a população brasileira. Sendo assim, apresentamos o Programa Dinheiro Direto na Escola, como um dos programas que dentre outros, também se incube de buscar melhorias para a educação do país. A abordagem do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) surgiu a partir da disciplina “Políticas educacionais” componente da grade curricular do curso de pedagogia, com o intuito de aprofundar os conhecimentos acerca das políticas educacionais sendo fixada em um sistema macro das políticas públicas.

O estudo apresenta o Estado como estância maior na efetivação das políticas públicas. Concomitante ao Estado, alocamos as políticas públicas como meios de assegurar os direitos e atender as necessidades da sociedade, tendo a educação como processo essencial na garantia dos mesmos e consequentemente melhores condições de sobrevivência. Nesse contexto, lançamo-nos a pesquisar as políticas educacionais em especial, o “Programa Dinheiro Direto na Escola” que visa proporcionar assistência complementar para o fortalecimento da qualidade do ensino nas escolas.

¹ Trabalho Curricular

O papel do estado no campo dos direitos

O Estado trata-se de uma instituição organizada nos âmbitos político, jurídico e social considerado como estância maior que governa o país. Tem origem no período moderno que até então negava a educação em caráter público, e somente com o acontecimento da revolução Francesa a educação começa a adentrar no papel do Estado com caráter universal no qual passa a ser responsável por proporcionar à sociedade o ensino público. Tal inclusão, configurou-se mediante a relação direta entre Estado e educação tendo como base propulsora a garantia de igualdade social (ARAÚJO, 2011).

Para Oliveira (2010), as decisões governamentais no contexto escolar envolvem questões como: construção de prédios, contratação de profissionais, formação docente, carreira, valorização profissional, matriz curricular, gestão escolar, etc. É necessário que tenha uma política pública que atenda as reais necessidades do ambiente escolar para que aconteça de forma plena o ensino aprendizagem.

Entende-se por políticas públicas educacionais aquelas que regulam e orientam os sistemas de ensino, instituindo a educação escolar. Essa educação orientada (escolar) moderna, massificada, remonta à segunda metade do século XIX. Ela se desenvolveu acompanhando o desenvolvimento do próprio capitalismo, e chegou na era da globalização resguardando um caráter mais reprodutivo, haja vista a redução de recursos investidos nesse sistema que tendencialmente acontece nos países que implantam os ajustes neoliberais. (Oliveira 2010, p.9).

As políticas educacionais neste contexto, deverá buscar garantir seus direitos em uma educação sólida pautada nas concepções de justiça e igualdade social, sendo esta precedida do legado que promover educação com qualidade não é favor, mas está consolidada no campo dos direitos.

O programa dinheiro direto na escola

O Programa Dinheiro Direto na Escola, foi criado a partir de uma ideologia conservadora, que propôs a partir da crise do Estado, transferir para a própria sociedade a responsabilidade de executar as políticas públicas existentes no país. E é neste contexto que apresentamos o PDDE, que também busca a descentralização do órgão público. O programa é de recurso suplementar que visa dar assistência financeira em caráter suplementar às escolas públicas da educação básica que chega diretamente nas escolas por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação dentro da escola e é viabilizado principalmente no viés administrativo. Assim:

Criado em 1995, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) tem por finalidade prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público (FNDE, 2011BB).

Sua execução é regulada por uma unidade executora, e esta por sua vez, apropria-se de natureza privada e administram recursos transferidos do governo federal para a comunidade escolar. Assim, é criada a associação de pais e mestres como unidades executoras.

Gerir os recursos do PDDE em uma escola não parece ser tarefa fácil, pois, Paixão e Guimarães (2014) expõem que umas das dificuldades encontradas de se gerir tais recursos estão na dificuldade de encontrar meios para a participação da comunidade escolar. Dentre os recursos do PDDE, destacam-se os seguintes programas PDDE Escola, Atleta na Escola, Ensino Médio Inovador (PROEMI), Mais Educação, Escolas do Campo, Escolas Sustentáveis e Água na Escola. Estes programas estão diretamente relacionados a melhorar a educação, assim apontamos o PDDE e os recursos no benefício das atividades educativas e pedagógicas da escola. (MANUAL DO PDDE INTERATIVO, 2014).

Este recurso é repassado às escolas anualmente, baseando-se através do censo escolar do ano anterior. São destinados somente às escolas que obtiverem mais de 50 alunos matriculados. Além disso, os valores repassados, consideram as desigualdades regionais, portanto, variam de acordo com as regiões geográficas. Escolas localizadas na região norte, nordeste e centro oeste, tendem a receber valores maiores considerando também escolas classificadas como de grande, médio e pequeno porte.

Procedimento metodológico

A metodologia utilizada é de base qualitativa, tendo como cunho metodológico o estudo de caso, que busca compreender os fenômenos apresentados no processo educativo e por isso é uma estratégia de pesquisa que se torna mais significativa quando é submetida a questões “como” e “porque” de acordo com Yin (2001).

O lócus da pesquisa foi a Escola municipal Roberto Silvino², na qual compreende as séries iniciais do ensino fundamental, localizada no município de Castanhal - PA. Os sujeitos da pesquisa são: presidente/tesoureiro, responsáveis pelo recebimento financeiro do recurso PDDE, nas quais a

² Nome fictício

mesmas possuem o contato direto, tanto com o recurso financeiro e quanto ao diagnóstico das reais necessidades da escola.

Tratando-se de uma pesquisa qualitativa a coleta de dados baseia-se em uma entrevista que trata do encontro entre duas pessoas, Assim, Lakatos e Marconi (2010) apresentam que na coleta de dados por meio da entrevista, há maior flexibilidade e confiabilidade, por outro lado, o entrevistado pode estar indisposto e a dificuldade de expressão e comunicação poderão influenciar na coleta.

PDDE: contributos e perspectivas

No recebimento dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola, propõem-se que as aplicações deste dinheiro na escola, seja efetivada em uma prática de gestão democrática, ou seja, que todos atores da escola sejam representados via Associação de Pais e Mestres sendo esta associação designada como unidades executoras. É uma empresa privada sem fins lucrativos que tem sua função de receber e realizar os devidos procedimentos quanto a aplicação deste recurso.

O recurso do PDDE para as escolas deverá ser destinado às atividades pedagógicas/educacionais. Portanto foram questionados quanto aos critérios adotados para a execução do recurso; se são geridos em sua maioria e para qual finalidade; se são investidos para as ações pedagógicas da escola; e qual segmento escolar é priorizado com tal recurso.

Diante da pesquisa realizada é possível afirmar que o Programa Dinheiro Direto nas escolas é um facilitador fundamental no bom funcionamento da escola, seja no aspecto físico ou pedagógico da escola, neste momento a presidente da associação de Pais e Mestres da escola investigada é questionada se há melhorias na escola com o recebimento deste recurso a professora declara que “sim” e em seguida, descreve as melhorias na escola com o recebimento deste recurso. Vejamos a seguir:

“Há sim, porque a escola, por exemplo em termos de materiais, né, se não for esse recurso a escola, ela depende desse dinheiro ele ajuda no desenvolvimento da escola (Trecho entrevista: Membro A).

A escola no seu dia a dia conhece suas necessidades, o que torna viável as mais diversas melhorias como como compra de equipamentos tecnológicos e outros pequenos reparos como; materiais didáticos pedagógicos voltados para nossa realidade e nossa necessidade, material de limpeza, material permanente e até execução de oficinas e palestras (Trecho da entrevista: Membro B).

No contexto da importância do PDDE observou-se a partir da fala da presidente e da tesoureira da unidade executora (da associação de pais e mestres) que houve sim melhorias nas escolas proporcionadas pelo recebimento deste recurso, principalmente no segmento de materiais

didáticos e permanentes, que subsidia o funcionamento da escola, em especial o cotidiano, ou melhor, o bem-estar do professor, desde que este venha contemplar as realidades cotidianas escolar.

Além disso, evidenciamos a pesquisa realizada por Coronel e Oliveira (2005) nas escolas estaduais de Campo Grande que durante as entrevistas aplicadas observou-se que segundo os relatos das professoras entrevistadas também destacam as melhorias na escola ao afirmar que “possibilitou mudanças no âmbito da escola na medida em que os recursos propiciaram a aquisição de materiais pedagógicos tanto para alunos quanto professores e também para manter a escola sempre organizada para que os pais fossem bem recebidos”.

Diante das entrevistas destacamos que, os principais aspectos que precisam ser melhorados referem-se à questão do próprio recurso, ou melhor a quantidade do capital. Outra questão apresentada está relacionada a inflação, pois o dinheiro é aplicado com o número de alunos matriculados, e acontece que o valor do ano anterior permanece sem grandes alterações e neste caso, o preço dos materiais só aumenta. Seria importante analisar ambas questões, e principalmente no que tange o acompanhamento da inflação no país.

Dentre as questões apresentadas seria necessário não somente aumentar estes recursos, mas que a gestão das unidades executoras pudesse de fato dar vez e voz a todos que compõem a comunidade escolar, porém é necessário que os representantes tenham condições para articulação da democratização deste recurso.

Considerações finais

O Programa Dinheiro Direto na Escola apresenta que os recursos estão sendo aplicados de acordo com as prioridades da escola, tendo uma preocupação maior com o corpo docente, haja vista, o maior contato que estes mantêm com os materiais pedagógicos para desenvolver ações escolares.

Com relação aos materiais permanentes, foi observado que há grande dificuldade da associação de pais e mestres quanto ao departamento escolar que deverá ser contemplado com este material e quanto aos recursos do PDDE que deve ser gerenciado em uma gestão democrática, observou-se que no contexto pesquisado isso não acontece, priorizando principalmente o segmento dos que estão sendo representados e executando hegemonicamente este recurso.

Neste caso, gestores e professores, e assim dando-lhes mais com trato financeiro que pedagógico. Para apontamentos de melhorias são apresentadas duas questões: recurso acompanhando a inflação e condições favoráveis no que diz respeito à locomoção e tempo para

planejar as devidas execuções, reforçando assim a positiva significância do recurso do Programa Dinheiro Direto na Escola.

Referências

ARAÚJO, Gilda. **Estado, política educacional e direito à educação no Brasil: O problema maior é o de estudar.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 279-292, jan./abr. 2011. Editora UFPR.

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera; **Implicações do Programa Dinheiro Direto na Escola para a Gestão da Escola Pública.** Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 98, p. 253-267, jan./abr. 2007.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Disponível: <http://www.fnde.gov.br/>. Acesso em: 10 de abril de 2016 às 22:12.

CORONEL, Fábio; OLIVEIRA, Regina. **Programa Dinheiro Direto Na Escola (Pdde) No Contexto Da Redefinição Do Papel Do Estado: A Experiência Da Escola Pública Da Rede Estadual De Campo Grande.** Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rpe/v20n1/v20n1a04.pdf> Acesso em: 19 de abril de 2016 às 23:43.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LOCKE, John. **Ensaio Acerca do Entendimento Humano.** Segundo Tratado Sobre o Governo. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

PAIXÃO, Gleice; GUIMARÃES, Ranilce. **A Gestão Democrática e o Desafio de Gerir Juntos os Recursos da Escola.** Disponível em: http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT1/GT1_Comunicacao/GleiceAlineMiranda_daPaixao_GT1_completo.pdf Acesso em: 09 de maio às 22:02.

YIN, Robert. **Case Study Research: Design and Methods.** 2ª ed. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 1994.